

IFRS S2: perspectivas dos respondentes dos BRICS a respeito da norma de divulgação de informações relacionadas ao clima

PEDRO HENRIQUE GODOY SATO

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF-VR)

pedrosato@id.uff.br

MARIANA PEREIRA BONFIM

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB)

Professora do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF-VR)

marianabonfim@id.uff.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a opinião dos participantes das *comments letters* dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sobre a minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, emitida pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). A criação do ISSB busca estabelecer padrões globais de divulgação de sustentabilidade, sendo essa divulgação essencial para reduzir a assimetria informacional, conforme explicam a Teoria da Regulação e a Teoria do Interesse Público. Para o alcance do objetivo proposto, foram analisadas, através dos *softwares* ChatPDF e ATLAS.ti, as 700 cartas enviadas globalmente e, posteriormente, as 43 enviadas pelos países que compõem o BRICS. A análise revelou que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, com 92% das correspondências enviadas por organizações, majoritariamente de agências, alianças e associações. Geograficamente, destacaram-se países como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Japão, Alemanha e Suíça. No contexto dos BRICS, destacam-se a participação da África do Sul e do Brasil, e nenhuma carta tendo sido enviada pela Rússia. Através da análise detalhada das cartas dos BRICS, observou-se que as respostas sublinharam a importância de termos claros, a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações, e a inclusão de planos de transição e metas de descarbonização. Os principais desafios identificados foram as dificuldades de implementação em economias emergentes e os altos custos associados, sugerindo uma abordagem faseada e flexível. Recomenda-se a adoção do conceito como de dupla materialidade, a criação de um glossário universal e a padronização de documentos digitais. O estudo considerou que as percepções das partes interessadas destacam a necessidade de uma governança climática robusta, a clareza nos termos utilizados e de orientações práticas para a implementação eficaz das recomendações.

Palavras chave: Desenvolvimento Sustentável, IFRS S2, BRICS, Divulgação de Sustentabilidade, ISSB.

1. Introdução

Com a recente visibilidade dada ao tema, o desenvolvimento sustentável tornou-se um tópico cada vez mais presente e relevante, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto no meio profissional (Farias, Coelho, & Coelho, 2019). Com a intenção de padronizar as divulgações

Realização

relacionadas ao clima, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) foi anunciado ao mundo durante a COP26, em Glasgow, em novembro de 2021.

Apoiado pelo interesse público, o ISSB tem como objetivo estabelecer padrões de alta qualidade, com compreensibilidade global, que atendam às necessidades dos investidores e mercados financeiros, incluindo o desenvolvimento de padrões globais para divulgação de sustentabilidade, facilitando a interoperabilidade de suas publicações (IFRS, 2021). De acordo com Al Farooque e Ahulu (2017), é necessário que a indústria estabeleça diretrizes robustas que garantam a qualidade dos relatórios, incluindo um quadro integrado para abranger as entradas e desempenhos sociais, ambientais e econômicos.

Na COP27, realizada em 2022, a IFRS *Foundation* (órgão que o ISSB está subordinado) e o ISSB recém-formado anunciaram os progressos e parcerias realizados bem como suas primeiras publicações, reafirmando a importância dos acordos globais para o cumprimento dos objetivos do conselho (IFRS, 2022). Assim, em março de 2022, o ISSB publicou os rascunhos de dois normativos: o IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*, que propõe requisitos gerais de instrução de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade (IFRS, 2023a); e o IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, a respeito das divulgações relacionadas ao clima (IFRS, 2023b).

Na criação de suas normas e pronunciamentos, a IFRS *Foundation* (s.d.a) segue os seguintes passos: i) consulta de agenda, na qual analisa as prioridades internacionais; ii) programa de pesquisa, na qual inicia-se a explorar questões e possíveis soluções, verificando se há evidências do problema relacionado ao tema de pesquisa e consistência na argumentação da criação de um padrão; iii) programa de definição de padrões, elaborando consultas e propondo discussões a partir de uma proposta, com o recebimento e análise das cartas comentários (*comment letters*), enviadas pelos usuários respondentes; iv) programa de manutenção, onde são realizadas consultas referente a implementação e aplicabilidade, além de revisões plausíveis de interpretações que auxiliem o processo de adoção das normas (IFRS, s.d.a).

No contexto brasileiro, a Resolução CFC nº 1.670/2022 estabelece a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), cujo objetivo é elaborar e emitir documentos técnicos que sejam compatíveis com os padrões internacionais do ISSB (CFC, 2022). Ademais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 20 de outubro de 2023, emitiu a Resolução CVM nº 193, estabelecendo obrigatoriedade de publicação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para as companhias abertas brasileiras, com base nas normas do ISSB, a partir do exercício de 2026. Destacando a importância de alinhar as práticas brasileiras com padrões internacionais, a CVM também oferece uma opção voluntária para a elaboração e divulgação desses relatórios a partir de 2024. Além disso, estabelece requisitos para a apresentação e assecuração dos relatórios, com ênfase na transparência e objetividade. Essa ação torna o Brasil o primeiro país do mundo a adotar divulgação dos relatórios financeiros de sustentabilidade, alinhados com o padrão ISSB (CVM, 2023).

Após a emissão dos rascunhos das normas e o recebimento e análise dos *feedbacks* dos *stakeholders* por meio das *comment letters*, em junho de 2023, o ISSB emitiu os dois normativos: IFRS S1 e IFRS S2. As *comment letters* enviadas ao ISSB são analisadas pelo Comitê e se tornam base para a emissão da norma final. Assim, a análise dessas cartas se torna um importante instrumento de compreensão da visão das partes interessadas sobre o tema, visto

Realização

que o perfil dos respondentes, a característica da empresa em que atua e o setor industrial a que está vinculado, exerce influência na elaboração da minuta (Adhikari, Betancourt, & Alshameri, 2014).

Na emissão de normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), outro órgão subordinado a *IFRS Foundation*, já foi identificado que a opinião dos respondentes influencia na criação dos normativos, como é o caso da Estrutura Conceitual (Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016), da norma para pequenas e médias empresas (Haveroth, Nez, Bilk, & Klann, 2017), sobre receitas (Quirino, & Lima, 2018) e o normativo acerca dos instrumentos financeiros (Visoto, Silva, Nobre, & Rodrigues, 2020). Assim, é possível perceber a importância da participação dos usuários no processo de estabelecimento de padrões de divulgação (Hewa, Mala, & Chen, 2020).

Desse modo, a presente pesquisa buscará analisar o conteúdo das *comment letters* à luz de duas teorias: a Teoria da Regulação, que revela a complexidade das influências no processo regulatório, enfatizando a importância de entender a seleção das agências reguladoras, seus poderes, metas e a motivação dos atores envolvidos (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington 2018; Cardoso, Saravia, Tenório, & Silva, 2009), e a Teoria do Interesse Público, que demonstra que a regulação deve atuar de forma a garantir o benefício da sociedade e não de partes interessadas (Feintuck, 2010).

Lopes e Dourado (2024) discutem a crescente importância das relações internacionais na gestão pública, destacando a formação e evolução do BRICS, um grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul. Os autores ressaltam que essa aliança tem representado um marco significativo, rompendo com o paradigma tradicional que privilegiava os países desenvolvidos como principais atores globais. Em 2022, segundo o Governo Brasileiro em seu portal (Brasil, s.d.), o BRICS contribuiu com 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, evidenciando uma expansão considerável em comparação com as economias do G7.

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual a opinião dos respondentes dos BRICS a respeito da minuta IFRS S2, emitida pelo ISSB, acerca da divulgação das informações referentes ao clima?** Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar a opinião dos participantes das *comments letters* recebidas pelo ISSB dos países pertencentes ao grupo BRICS a respeito da minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures* (Divulgações referente a informações climáticas).

2. Referencial Teórico

Nos últimos anos, o Brasil enfrentou uma crise abrangente, abarcando aspectos políticos, sociais e ambientais, por meio da implementação de uma série de medidas que impactaram negativamente o meio ambiente no Brasil (Oliveira Neto, 2022). Isso incluiu a desestruturação de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), transferência do serviço florestal para o Ministério da Agricultura, flexibilização de multas por crimes ambientais, contestação de dados de desmatamento, interrupção do Fundo Amazônia, propostas de revisão de Unidades de Conservação e de regularização fundiária via autodeclaração, entre outros (Scantimburgo, 2018).

Realização

Em 2023, o presidente eleito, em seu discurso de posse, reiterou o compromisso do país com a preservação ambiental e a promoção de práticas sustentáveis, destacando a singularidade do Brasil como uma potência ambiental, baseada na criatividade da bioeconomia e na exploração responsável da biodiversidade (Silva, 2023). Também anunciou a criação de novas metas, como o objetivo de atingir o desmatamento zero na Amazônia e zerar as emissões de gases do efeito estufa na matriz elétrica, enfatizando a importância de estimular a transição energética e ecológica, promovendo práticas agrícolas e de mineração sustentáveis, fortalecendo a agricultura familiar e impulsionando uma indústria mais ecologicamente responsável. Essas medidas ressaltaram as mudanças de posicionamento do governo em relação as políticas ambientais.

Conforme afirma Murcia (2010), a necessidade de regulamentação surge da compreensão de que as empresas não divulgam voluntariamente todas as informações relevantes, levando à imposição de obrigações por meio de leis ou normas contábeis. Nesse sentido, a regulação contábil visa garantir a disponibilidade das informações essenciais para os usuários, atenuando a assimetria informacional.

Contudo, a regulação contábil também pode sofrer influências de grupos de interesses, sugerindo que a convergência para normas internacionais de contabilidade pode ser mais um resultado de um processo político do que de uma demanda genuína dos usuários. Ou seja, a eficácia da adoção das IFRSs dependeria da aplicação rigorosa pelos órgãos reguladores locais (Murcia, 2010).

Viscusi, Harrington Junior e Sappington (2018) classificam a Teoria da Regulação em três formas: i) em uma análise normativa, como a Teoria Positivista ou a Teoria do Interesse Público, que utiliza do racional normativo para a regulação, com perspectiva de melhorar o bem-estar público; ii) a Teoria da Captura, que estabelece a regulação como resposta à demanda dos regulados, ou seja, a agência reguladora é capturada; iii) Teoria Econômica da Regulação, que se constrói na teoria de competição entre grupos de interesses.

Ainda segundo Viscusi, Harrington Junior e Sappington (2018), o processo de regulamentação é composto por três estágios principais: no primeiro estágio, órgãos legislativos, como o Congresso ou legislaturas estaduais, promulgam leis que estabelecem os poderes regulatórios. Durante esse período, os diversos agentes econômicos fazem lobby junto aos legisladores para influenciar a regulamentação em seu benefício.

O segundo estágio envolve a implementação das leis aprovadas, muitas vezes realizadas por agências reguladoras. Os reguladores tornam-se, portanto, atores centrais nesta fase, enquanto produtores, consumidores e trabalhadores direcionam seus esforços de lobby para as agências reguladoras (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018).

Por fim, o terceiro estágio é a desregulamentação da indústria, que pode ocorrer sob a influência de legisladores, reguladores, fornecedores da indústria, defensores dos consumidores e membros dos poderes judiciário e executivo do governo. A escolha de comissários reguladores, muitas vezes feita pelo executivo, desempenha um papel importante na desregulamentação (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018).

Desse modo, se torna importante o entendimento das motivações dos atores operantes nesse processo, pois seu comportamento pode auxiliar na compreensão das políticas que essas instituições adotam em seus processos de regulamentação e desregulamentação (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018). Ou seja, é possível que as partes relacionadas

Realização

influenciem em políticas e/ou normas, ou mesmo as atrasem, com o intuito da manutenção do status-quo, a exemplo de atos estratégicos como a omissão de dados, tentativas de tumultuar a opinião pública, criação de *lobbings* para o fortalecimento da contraposição à regulação e da agência reguladora (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018).

No âmbito contábil, Watts e Zimmerman (1978) perceberam que, enquanto as normas tiverem potencial de impactar os fluxos de caixa futuros das companhias e suas definições e criações estiverem sob responsabilidade de órgãos reguladores, os normativos estarão sujeitos a pressão de lobbys corporativos. Assim, Cardoso *et al.* (2009) analisaram a Teoria da Regulação, sob a perspectiva da contabilidade, como uma instituição social, visando reduzir a assimetria informacional. Os autores exploram os desdobramentos dessa teoria, oferecendo uma compreensão mais ampla do propósito da regulação na contabilidade: i) teoria do interesse público, colocando a regulação como diminuidora de falhas que protegem o interesse público; ii) teoria da captura, na qual a regulação ocasiona em lucros exorbitantes para suas reguladas; iii) da competição entre grupos de interesse, onde o grupo que atingir maior pressão designa a regulação; iv) teoria tridimensional do direito; e v) teoria da abordagem de Habermas, a qual entende a regulação como uma construção social, sendo essas duas últimas diretamente relacionada à democratização do processo contábil e introduzindo a contabilidade como uma ferramenta para contribuir na emancipação do homem.

Nesse contexto, destaca-se a Teoria do Interesse Público que explora a relação entre a análise normativa e a análise positiva na regulação (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018). Enquanto a análise normativa considera quando a regulação deveria ocorrer, a análise positiva investiga quando a regulação de fato acontece, utilizando a análise normativa para produzir uma teoria positiva sobre a ocorrência da regulação. Os autores também afirmam que a regulação é demandada pelo público para corrigir falhas de mercado ou políticas consideradas injustas, como preços discriminatórios ou lucros excessivos, sob a perspectiva de que uma regulação possa melhorar o bem-estar e gerar demanda por regulação.

Assim, a Teoria do Interesse Público propõe que a regulamentação seja uma resposta à necessidade pública de corrigir imperfeições no mercado. Conforme essa teoria, os reguladores buscam otimizar o bem-estar da sociedade em sua totalidade e adotam ações que consideram estar no melhor interesse para alcançar esse objetivo. A regulamentação ocorre quando os ganhos sociais estimados pela regulamentação superam seus gastos (Scott, 2009). Esta teoria permitiu que a formalização da intervenção do Estado na economia, uma vez que, anteriormente, a análise econômica, influenciada pelos trabalhos de Adam Smith, não reconhecia a necessidade desse tipo de intercessão.

No contexto de criação de normas por parte do IASB, Carmo, Ribeiro e Carvalho (2018), exploraram o ambiente regulatório com o intuito de identificar a abordagem da Teoria da Regulação mais apropriada para explicar sua atividade normativa. Utilizando as cartas-comentário do *Exposure Draft 9 - Joint Arrangements* e na subsequente IFRS 11 - *Joint Arrangements*, os resultados apontaram para a influência predominante da Teoria dos Grupos de Interesse, sobretudo no contexto dos respondentes provenientes de países com sistema jurídico *common law*, no âmbito do processo normativo contábil internacional. No entanto, ressaltaram-se limitações quanto à generalização dos resultados e à necessidade de contemplar outras formas de pressão no processo regulatório contábil.

Realização

Na definição do ISSB (s.d.b) quanto à sua função-objetivo, fica claro que “o ISSB desenvolverá – no interesse público - normas que resultarão em uma base global de alta qualidade e abrangente de divulgações de sustentabilidade, com foco nas necessidades de investidores e mercados financeiros”, enfatizando sua missão de atender aos interesses coletivos. Isso se alinha com a Teoria do Interesse Público, que postula que a regulamentação e as ações de organizações devem, primariamente, beneficiar a sociedade como um todo, refletindo um compromisso com o bem-estar geral da sociedade, ao fornecer informações significativas aos investidores e mercados financeiros.

Entendendo que o ISSB, assim como o IASB, não é um órgão regulador, mas somente lidera o processo de convergência de normas (Matos, Gonçalves, Niyama, & Marques, 2013), é necessário compreender quais e como os atores se comportam na elaboração dos normativos, pois, o que se observa posteriormente, é a aprovação dos órgãos reguladores locais desses pronunciamentos. Ainda que exista diferenças entre as normas e os padrões locais (Matos *et al.*, 2013), os normativos funcionam como um direcionador dos procedimentos adotados, fato esse que pode ser evidenciado através da publicação da Resolução CVM n° 193.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, inicialmente foi realizada a leitura da norma IFRS S2 para a identificação das questões propostas pelo ISSB. A Tabela I apresenta um resumo das questões apresentadas.

Tabela I - Perguntas do IFRS S2

Pergunta	Resumo
1 - Objetivo do <i>Exposure Draft</i>	Avaliação do objetivo proposto no <i>Exposure Draft</i> que envolve a divulgação de informações sobre exposição a riscos e oportunidades relacionados ao clima. Questões abordam o acordo com o objetivo estabelecido, foco em informações para avaliar efeitos no valor empresarial e adequação das exigências de divulgação.
2 – Governança	Discussão sobre as propostas de divulgação relacionadas aos processos de governança, controles e procedimentos usados para gerenciar riscos e oportunidades climáticos. Inclui avaliação da adequação das exigências de divulgação propostas e sua base nas recomendações do TCFD.
3 - Identificação de riscos e oportunidades relacionados ao clima	Análise da clareza das exigências propostas para identificar e divulgar riscos e oportunidades climáticos significativos, incluindo a consideração de tópicos de divulgação específicos da indústria e a relevância e comparabilidade das divulgações.
4 - Concentrações de riscos e oportunidades na cadeia de valor	Avaliação das propostas de divulgação sobre os efeitos de riscos e oportunidades climáticos no modelo de negócios e na cadeia de valor, incluindo a adequação da abordagem qualitativa <i>versus</i> quantitativa.
5 - Planos de transição e compensações de carbono	Discussão sobre as divulgações de planos de transição para economias de baixa emissão de carbono e o uso de compensações de carbono, incluindo a avaliação da eficácia das propostas em comunicar estratégias de redução de emissões e a credibilidade das compensações.
6 - Efeitos atuais e esperados	Análise das propostas de divulgação sobre os efeitos atuais e esperados de riscos e oportunidades climáticos, incluindo a abordagem de divulgação quantitativa <i>versus</i> qualitativa e os desafios de mensuração.

Realização

7 - Resiliência climática	Avaliação dos requisitos de divulgação relacionados à resiliência climática da estratégia de uma entidade, incluindo o uso de análise de cenários e métodos alternativos.
8- Gestão de riscos	Discussão sobre a proposta de incorporar conceitos de métricas e categorias métricas interindustriais do TCFD para aprimorar a comparabilidade das divulgações de riscos climáticos.
9 - Categorias métricas interindustriais e emissões de GEE	Avaliação das propostas para as métricas interindustriais, incluindo a medição e divulgação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com o Protocolo GEE e sua aplicabilidade em diversos setores.
10 - Metas	Discussão sobre as propostas de divulgação relacionadas às metas de redução de emissões de uma entidade, incluindo como essas metas se comparam ao Acordo de Paris.
11- Requisitos baseados na indústria	Análise das propostas de requisitos de divulgação baseados na indústria, derivados dos Padrões SASB, e sua aplicabilidade internacional e consistência com divulgações anteriores.
12 - Custos, benefícios e efeitos prováveis	Avaliação do equilíbrio entre custos e benefícios na implementação das propostas do Projeto de Exposição, considerando os custos de implementação e aplicação contínua, bem como a justificativa dos benefícios em relação aos custos.
13 - Verificabilidade e exequibilidade	Discussão sobre os desafios de verificação e fiscalização dos requisitos de divulgação propostos no Projeto de Exposição, focando na verificabilidade e na possibilidade de auditorias e regulamentações eficazes.
14 - Data efetiva	Avaliação da data efetiva proposta para o Projeto de Exposição em relação ao projeto de IFRS S1 e a capacidade das entidades de aplicar os requisitos de forma retrospectiva para fornecer informações comparativas. Considera-se também a possibilidade de aplicação faseada de diferentes requisitos de divulgação.
15 - Relato digital	Análise da priorização da capacidade de consumir digitalmente as informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, incluindo a discussão sobre o desenvolvimento da Taxonomia de Divulgações de Sustentabilidade do IFRS e a facilitação do relato digital.
16 - Base global	Discussão sobre a capacidade das Normas de Divulgação de Sustentabilidade do IFRS de atender às necessidades dos usuários de relatórios financeiros de propósito geral e serem utilizadas como uma base global abrangente, incluindo a consideração de aspectos que podem limitar essa utilização.
17 - Outros comentários	Espaço aberto para comentários adicionais ou sugestões relacionadas às propostas do Projeto de Exposição que não se encaixam especificamente nas categorias anteriores.

Fonte: Baseado em IFRS Foundation (2023b).

Após a compreensão inicial, procedeu-se ao *download* das 700 cartas-comentários, enviadas pelos respondentes, disponíveis publicamente no conjunto de documentos intitulado *Exposure Draft and Comment Letters: Climate-related Disclosures*. No estágio de primeiro mapeamento foi necessária a tradução instantânea das cartas através do *software* “ChatPDF” que se limita ao material em formato “.PDF” fornecido, sendo uma inteligência artificial de linguagem para uso de estudantes, pesquisadores e profissionais. A utilização desse *software* possibilitou também a extração de informações como a quantidade de páginas de cada carta, se ela foi respondida por um indivíduo ou organização, se indica o local de origem do documento, bem como na elaboração de resumos e o processamento detalhado das respostas contidas nas cartas-comentário.

Em seguida, procedeu-se para a determinação do país de origem de cada uma das cartas e a categorização do setor ou tipo de organização. Verificou-se, portanto, que era possível

Realização

identificar somente parte dessas organizações, sua origem e atuação; as demais, só foram identificadas através de pesquisa do nome da organização no Google para fins de entendimento do país sede ou país de origem e qual a categoria da organização. Constatou-se também que não foi possível identificar a localidade e atuação de parte das organizações devido a sua baixa participação online. Também foram separadas as cartas que são de organizações internacionais sem um país de origem definido, representando grupos por continentes ou grupos de interesse econômicos que não se limitam a se designar a um país apenas.

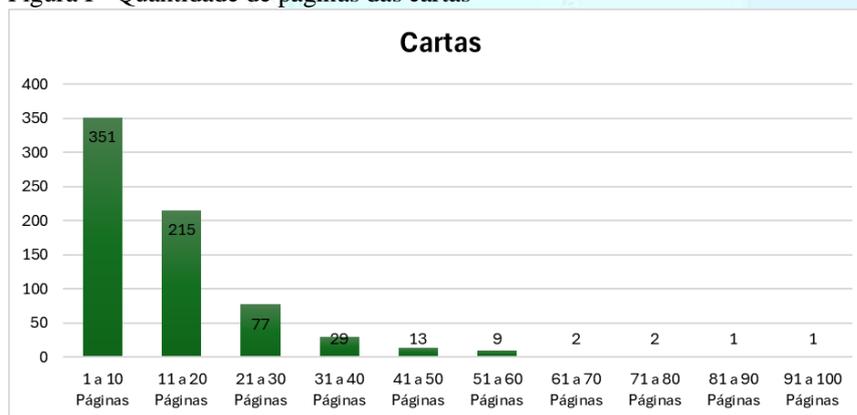
Após esses primeiros passos, realizou-se a análise das cartas de organizações em geral, destacando para fins de análise do grupo os países pertencentes ao BRICS. Neste momento, as cartas foram analisadas conjuntamente. Na análise das cartas enviadas por um país pertencente ao BRICS, procedeu-se com a leitura dos resumos das cartas e iniciou-se o processo de análise por questão. A partir dessa análise, foi possível identificar as inferências das organizações em relação à minuta, bem como elaborar um mapeamento das principais palavras presentes nas respostas. Esse processo permitiu iniciar uma nova categorização e desenvolver as principais indagações formuladas pelas organizações. Para prosseguir com a análise do conteúdo, foi criada uma nuvem de palavras e ações de recomendações práticas utilizando o *software* de análise de conteúdo ATLAS.ti nas ferramentas de frequência de palavras e mineração de opinião.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

4.1. Análise Geral das Cartas

Inicialmente, foi analisada a quantidade de páginas das cartas enviadas pelos respondentes e a Figura I proporciona uma análise dessa distribuição, organizadas em intervalos de dez páginas, fornecendo uma visão da extensão dos comentários enviados em cada grupo.

Figura I - Quantidade de páginas das cartas



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

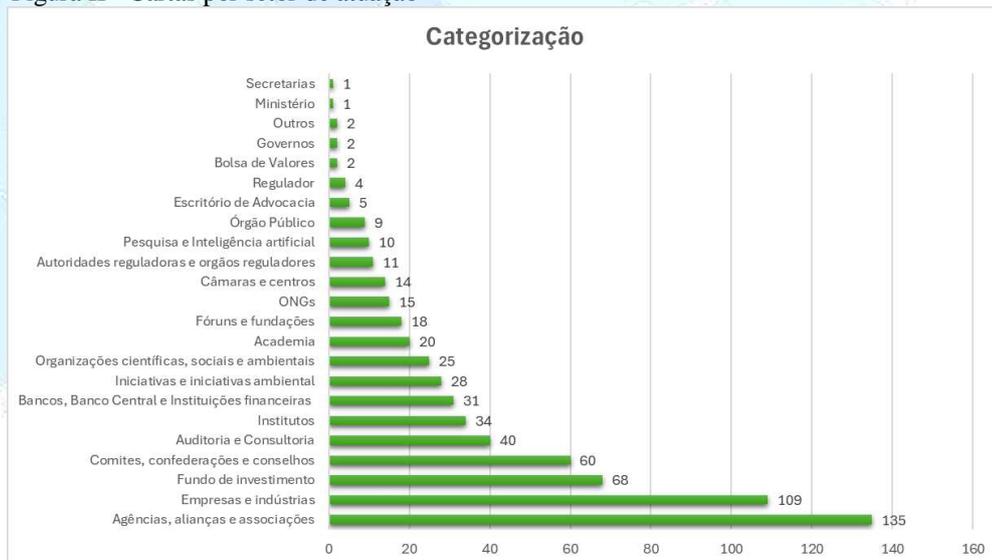
A Figura I revela que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, correspondendo a 50,14% do total com 351 cartas nesta faixa. Segue-se a faixa de 11 a 20 páginas com 30,71%, ou seja, 215 cartas. A frequência de cartas diminui progressivamente à medida que o número de páginas aumenta: 11% para cartas de 21 a 30 páginas, diminuindo para 4,14% para aquelas entre 31 e 40 páginas. Cartas com mais de 40 páginas aparecem pouco, com porcentagens que

Realização

caem para menos de 2% e, nas faixas mais altas, como de 81 a 100 páginas, representam individualmente apenas 0,14%.

Das 700 cartas recebidas pelo ISSB, 56 foram identificadas como provenientes de indivíduos, correspondendo a 8% do total. As demais 644 cartas, representando 92%, foram enviadas por organizações. A Figura II fornece uma representação visual da categorização das 644 por setor de atuação.

Figura II - Cartas por setor de atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

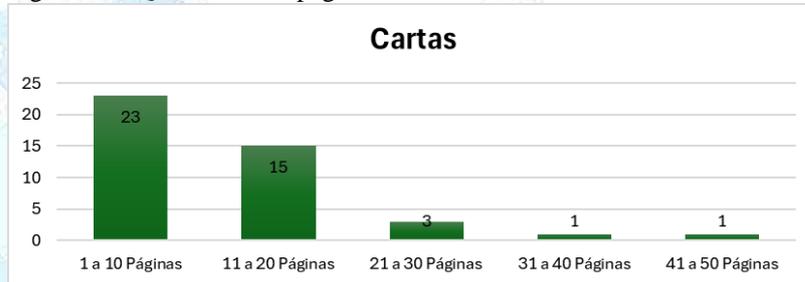
É possível verificar um maior envio de cartas do setor “Agências, alianças e associações”, com destaque para as associações profissionais, simbolizando a influência e a relevância destes profissionais no universo empresarial e financeiro. Destacando-se também nesta categoria, estão presentes as associações de seguros, associações bancárias, agropecuárias e de contadores, revelando a diversidade e a importância estratégica de seus respectivos campos, abrangendo desde a agricultura até a contabilidade e o amplo setor corporativo.

Estão presentes também associações de mineração, de mercados financeiros, de produtos florestais, de produtores de petróleo, entre outras. Esses resultados também foram identificados em pesquisas anteriores (Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016; Haveroth *et al.*, 2017; Quirino, & Lima, 2018; Visoto *et al.*, 2020) quando das *comment letters* emitidas pelo IFRS, mostrando a predominância de respostas enviadas por associações e organismos de normatização.

Em seguida, o conjunto mais presente é o de “Empresas e indústrias”, ressaltando as empresas dos setores de energia, seguros, investimentos, químicas e de metalurgia e mineração. Esse fato possui relação com a Teoria da Regulação, uma vez que as partes interessadas na emissão do normativo, como empresas que possuem histórico de poluição ao meio ambiente (i.e., químicas, mineração), criam *lobbings* com o intuito de influenciar a emissão de políticas sobre o assunto (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018).

Realização

Figura IV - Quantidade de páginas das cartas dos BRICS



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Assim como no contexto global, foi possível perceber que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, representando 53,49% do total, com 23 cartas nessa categoria. Na faixa de 11 a 20 páginas, são observadas 15 cartas, correspondendo a 34,88% do conjunto. A frequência de cartas com mais páginas diminui consideravelmente: apenas 6,98% das cartas têm entre 21 e 30 páginas. Cartas que contêm de 31 a 50 páginas são excepcionalmente raras, com apenas uma carta em cada faixa, o que representa 2,33% para cada. Esses dados indicam uma predominância de correspondências mais breves entre os países BRICS.

Das 43 cartas enviadas pelos BRICS, a China lidera o envio com 15 cartas, seguida pelo Brasil com 12. A África do Sul também apresenta uma contribuição considerável, com 10 cartas. A Índia enviou um total de 6 cartas. Como já mencionado, não há registros de cartas enviadas pela Rússia nesta coleção. Esses dados também já haviam sido evidenciados por Silva, Niyama e Rodrigues (2016), quando da Estrutura Conceitual, mostrando a participação ativa dos BRICS no processo de construção dos normativos contábeis.

Figura V - Cartas por setor de atuação dos BRICS



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A respeito do setor de atuação, a Figura V demonstra que as “agências, alianças e associações” lideram a distribuição de cartas enviadas pelos BRICS, com 10 cartas no total,

Realização

indicando um papel significativo dessas organizações na comunicação formal. Seguem os “institutos” com 7 cartas, destacando sua importância na troca de informações e colaboração, e “empresas e indústrias” com 6 cartas, refletindo a participação ativa do setor privado. A “academia” enviou 5 cartas, demonstrando uma interação moderada do contexto acadêmico. Essa distribuição não se diferencia da distribuição considerando todas as cartas (organizações), à nível global, conforme demonstrado no capítulo anterior.

4.3. Análise das Respostas dos BRICS

A Tabela II apresenta um resumo das principais respostas dos países pertencentes ao BRICS bem como uma análise geral das conclusões que as entidades comentaram a respeito da minuta.

Tabela II - Resumo das respostas dos países do BRICS

Pergunta	%	Resumo das respostas
1 - Objetivo do <i>Exposure Draft</i>	44%	Os objetivos e os requisitos de divulgação são equilibrados, mas há necessidade de clareza de alguns termos propostos.
2 – Governança	77%	Apoiam a direção em torno do <i>framework</i> do TCFD mas exigem uma estrutura clara para a governança, com uma abordagem clara do escopo dos requisitos; exigem relatórios de governança com requisitos sérios.
3 - Identificação de riscos e oportunidades relacionados ao clima	77%	Necessidade de mais clareza e orientação na definição dos termos; necessidade de mais exemplos, abordagem mais clara e padronizada; urgência no avanço de diretrizes.
4 - Concentrações de riscos e oportunidades na cadeia de valor	77%	As divulgações devem adotar uma abordagem equilibrada entre dados qualitativos e quantitativos, com clareza nos termos. É necessário considerar a praticidade da implementação, incluindo impactos sociais e a necessidade de orientação prática para garantir a credibilidade das divulgações sobre compensação de carbono.
5 - Planos de transição e compensações de carbono	79%	A maioria dos respondentes concordou com os requisitos propostos, mas salientaram a necessidade de orientações práticas e de dados quantitativos.
6 - Efeitos atuais e esperados	88%	A maioria das entidades apoia a divulgação de informações quantitativas sobre os impactos climáticos na posição financeira, desempenho e fluxos de caixa das empresas, mas recomenda uma abordagem flexível que permita informações qualitativas quando necessário. Há um consenso sobre a importância de orientações claras e metodologias de avaliação para garantir a comparabilidade e precisão das divulgações, com algumas entidades sugerindo uma implementação faseada.
7 - Resiliência climática	84%	Respostas divididas, com algumas organizações concordando e outras concordando parcialmente; destaque para os custos da divulgação e dificuldade de aplicabilidade dos métodos, especialmente em economias emergentes.
8- Gestão de riscos	58%	A maioria das organizações concordam com a proposta para incorporação de conceitos sobre métricas e categorias métricas interindustriais do TCFD para aumentar a comparabilidade das divulgações de risco do clima.

Realização

9 - Categorias métricas interindustriais e emissões de GEE	93%	A maioria das organizações concordou, de maneira geral, com a utilização do Protocolo GHG para definir e medir as emissões dos Escopos 1, 2 e 3, mas recomendaram flexibilidade e um período de adaptação para facilitar a implementação.
10 - Metas	44%	A maioria das organizações concorda com as propostas de divulgação relacionadas a metas climáticas, considerando a referência ao “último acordo internacional” como clara. No entanto, algumas sugerem a inclusão de explicações detalhadas sobre o nível de significância das metas e medidas adicionais para evitar o “ <i>greenwashing</i> ”.
11- Requisitos baseados na indústria	67%	Apoio geral às propostas de requisitos de divulgação baseados na indústria derivados dos Padrões SASB, com recomendações para melhorias na clareza, usabilidade e flexibilidade para diferentes jurisdições e setores. Há um consenso sobre a importância de fornecer orientação prática e a necessidade de um período de adaptação para garantir uma implementação eficaz.
12 - Custos, benefícios e efeitos prováveis	44%	As entidades destacaram os altos custos, especialmente na implementação, e a consequente dificuldade de países emergentes e organizações menores, contudo, os benefícios gerados esperam que sejam superiores.
13 - Verificabilidade e exequibilidade	44%	As entidades destacaram a importância de critérios claros e padronizados para a verificação e fiscalização dos requisitos de divulgação propostos. Há uma ênfase na necessidade de colaboração com organismos de auditoria, padronização de documentos e orientações adicionais para lidar com informações quantitativas prospectivas e análises de cenários.
14 - Data efetiva	53%	Recomendam que o IFRS S 1 e o IFRS 2 entrem em vigor na mesma data, em período não inferior a dois anos, e que, se possível, haja um período de transição para implementação das normas.
15 - Relato digital	28%	A maioria concorda com o fornecimento de informações digitais e reforçam a importância da taxonomia na padronização das informações, permitindo assim, a comparabilidade das informações.
16 - Base global	33%	Apoio a uma base global única de divulgação.
17 - Outros comentários	26%	Adoção do conceito de dupla materialidade; alinhamento das normas do ISSB com organismos reguladores internacionais, para redução de custos; criação de um glossário universal com a definição dos termos; prazo de adoção adequado para a norma.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com a análise do conteúdo das cartas das organizações dos países que constituem o BRICS, de forma geral e resumida, foi possível identificar as principais preocupações desses países em relação ao IFRS S2. Para melhor ilustrar essas preocupações, uma nuvem de palavras foi gerada para destacar os termos mais frequentemente mencionados nas respostas, oferecendo uma visão clara das prioridades e áreas de foco dos respondentes, conforme a Figura VI.

Realização

necessidade de uma governança robusta, ressaltando a necessidade de clareza e definições precisas dos temas a fim de garantir a compreensibilidade das informações. As respostas também enfatizaram a importância de uma estrutura inclusiva para a governança climática, com diversidade no corpo de governança e a adoção de *frameworks*.

Foi observada uma preferência pela combinação de abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações, para contribuir na coibição de práticas de *greenwashing*. Houve apoio significativo para a inclusão de planos de transição e metas de descarbonização, bem como para diretrizes adicionais e exemplos práticos que facilitassem a implementação. Destacaram-se as dificuldades de implementação em economias emergentes e os altos custos associados, sugerindo uma abordagem faseada e flexível para a transição.

Recomenda-se a adoção do conceito de dupla materialidade e a criação de um glossário universal para facilitar a consistência das divulgações, além da sugestão de uma padronização dos documentos digitais e a colaboração com entidades, como o IAASB, para garantir a integridade das informações. Apesar dos altos custos iniciais, espera-se que os benefícios a longo prazo superem esses custos, especialmente na gestão de riscos climáticos e na transparência das informações.

Diante disso, a presente pesquisa avança na literatura existente acerca da análise da opinião dos respondentes de normativos da Fundação IFRS, especialmente no que tange às normas financeiras de sustentabilidade. Além disso, o estudo é capaz de demonstrar a percepção e as preocupações das principais economias emergentes, no contexto de ESG.

Pesquisas futuras podem ampliar o escopo do estudo, realizando uma análise da opinião dos demais países, a fim de se realizar um comparativo. Além disso, é possível também analisar a opinião dos respondentes dos demais normativos do ISSB, com o intuito de se obter um panorama acerca das opiniões sobre divulgação contábil de sustentabilidade.

Referências

- Adhikari, A., Betancourt, L., & Alshameri, F. (2014). The SEC's Proposed IFRS Roadmap: An analysis of comment letters using content analysis and textual software. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 23(2), 98-108.
- Al Farooque, O., & Ahulu, H. (2017). Determinants of social and economic reportings: Evidence from Australia, the UK and South African multinational enterprises. *International Journal of Accounting & Information Management*, 25(2), 177-200.
- Brasil. (s.d.). *História do BRICS*. Retrieved from <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>
- Cardoso, R. L., Saravia, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43, 773-799.

Realização

- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. G. (2018). Regulação Contábil Internacional: Interesse Público ou Grupos de Interesse? *Contabilidade Gestão e Governança*, 21(1), 1–20.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (2022). *Resolução CFC nº 1.670, de 9 de junho de 2022*. Cria o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), e dá outras providências. Retrieved from <https://in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cfc-n-1.670-de-9-de-junho-de-2022-408904244>
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários. (2023). *Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023*. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Retrieved from <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>
- Farias, L. C., Coelho, A. L. A. L., & Coelho, C. (2019). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de Administração em uma instituição superior pública. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(3), 796-836.
- Feintuck, M. (2010). Regulatory Rationales Beyond the Economic: In *Search of the Public Interest*. In R. Baldwin, M. Cave, & M. Lodge (Eds.), *The Oxford Handbook of Regulation* (pp. 39-63). Oxford University Press.
- Haveroth, J., Nez, E., Bilk, Â., & Klann, R. C. (2017). Características e perspectivas internacionais dos diversos grupos de interesses em relação à IFRS SME's. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(4), 430-450.
- Hewa, S. I., Mala, R., & Chen, J. (2020). IASB's independence in the due process: an examination of interest groups' influence on the development of IFRS 9. *Accounting & Finance*, 60(3), 2585-2615.
- IFRS Foundation. (s.d)a. *How we set IFRS® Standards*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/about-us/how-we-set-ifrs-standards/>
- IFRS Foundation. (s.d)b. *About the International Sustainability Standards Board*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>
- IFRS Foundation. (2021). *IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2021/11/ifrs-foundation-announces-issb-consolidation-with-cdsb-vrf-publication-of-prototypes/>

Realização

- IFRS Foundation. (2022). *ISSB at COP27: ISSB makes key announcements towards the implementation of climate-related disclosure standards in 2023*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/11/issb-cop27-progress-implementation-climate-related-disclosure-standards-in-2023/>
- IFRS Foundation. (2023a). *General Sustainability-related Disclosures*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/general-sustainability-related-disclosures/>
- IFRS Foundation. (2023b). *Climate-related Disclosures*. Retrieved from <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/climate-related-disclosures/>
- Lopes, A. E. M. P., & Dourado, M. F. (2024). O papel da gestão pública no cenário internacional: análise das relações internacionais do BRICS. In *Administração pública e gestão social: reflexões teóricas e conceituais* (pp. 156-167). Editora Científica Digital.
- Matos, E. B. S., Gonçalves, R. S., Niyama, J. K., & Marques, M. (2013). Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 2, 66-91.
- Murcia, F. D.-R. (2010). Interação entre Contabilidade e Direito: em busca de uma teoria da regulação contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, 9(25), 19-32.
- Oliveira Neto, B. L. (2022). Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. *Novos Cadernos NAEA*, 25(2).
- Quirino, M. C. O., & Lima, D. H. S. (2018). Contratos de Receita: Uma análise das cartas comentários ao Exposure Draft ED/2016/6–Clarification to IFRS 15. In Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont, 9., Rio de Janeiro. *Anais...*
- Scantimburgo, A. (2018). O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 52.
- Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory* (5th ed.). Pearson.
- Silva, L. I. (2023). *Discurso de posse do presidente Lula no Congresso Nacional*. Retrieved November 16, 2023, from <https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>
- Silva, J. P., Niyama, J. K., & Rodrigues, A. M. (2016). Análise da percepção dos participantes do processo normativo do IASB sobre a proposta de revisão da Estrutura Conceitual. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 9(3).
- Visoto, M. C. R., Silva, T. C., Nobre, I. R., & Rodrigues, J. M. (2020). IFRS 9–Financial instruments: fatores determinantes da influência das comment letters em relação a

Realização

minuta de pronunciamento (ED/2013/3) do IASB. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(43), 19-33.

Viscusi, W. K., Harrington Junior, J. E., & Sappington, D. E. M. (2018). *Economics of Regulation and Antitrust* (5th ed.). MIT Press.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *Accounting Review*, 53(1), 112-134.

Realização